



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

Tramitado em Sessão

() Aprovado

() Rejeitado

PEDIDO DE INFORMAÇÕES Nº 79/2020

Assunto: Requer informações acerca das medidas para a segurança da saúde e do trabalho dos servidores públicos municipais adotadas em face da situação de emergência e calamidade decretada em razão da pandemia da COVID-19, após os 90 dias da edição do Decreto nº 997, de 16 de março de 2020 e outros.

CONSIDERANDO que as medidas preventivas e protetivas para minimizar a infecção da patologia COVID-19 nos primeiros 15 dias foram mais rigorosas e tiveram atenção especial ao fechamento dos equipamentos públicos, excetuando os inerentes a saúde, segurança e outros de atendimento presencial imprescindíveis à população;

CONSIDERANDO a situação que estamos vivendo, onde cada esfera pública trata suas regras, algumas com 100% de adesão aos Decretos Estaduais e Federais e que até a presente data não retomaram os atendimentos presenciais, condição que deixa a população à mercê de cada gestor e os usuários da rede pública perdidos, pois nem todos possuem o acesso à Internet em sua residência, além do que a devolutiva se tornou mais morosa que no atendimento presencial;

CONSIDERANDO que algumas diretorias da rede pública municipal também fazem atendimento via Internet, recebendo reclamações e outras solicitações na forma digital. Inclusive, quando se procura saber o andamento de um processo, o sistema fornece a resposta “parado devido ao atendimento das emergências da COVID-19”, e

CONSIDERANDO, por fim, as ações administrativas compulsórias observadas no período da quarentena como: férias, Licença Prêmio e o Artigo 112ª (Licença Doença) do Estatuto do Servidor,

REQUEREMOS ao Excelentíssimo Senhor Presidente desta Casa, ouvido e aprovado pelo Egrégio Plenário, cumpridas as formalidades regimentais, seja encaminhado ao Senhor Prefeito Municipal de Jacareí o seguinte Pedido de Informações:

1. No que tange ao retorno ao trabalho em sistema de rodízio, os servidores trabalham no regime de “home office”? Foi reduzido o horário de expediente e de atendimento à população?

2. Há legitimidade no que tange, compulsoriamente, ao afastamento de tirar férias? Não podemos considerar que estes dias são merecidos para relaxar, oxigenar, ficar mais próximo a família, gozar as férias em viagem, fazer um curso, visto que também essa agenda de férias deve ser em concordância com a chefia?



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

WS

Pedido de Informações nº 79/2020 - Vereadora Lucimar Ponciano - fls. 2/2

3. Referente à Licença Prêmio, a qual o servidor necessita aguardar anos após o vencimento para ter o direito a receber em pecúnia ou, se for em descanso, a priori, o funcionário deveria, assim como nas férias, gozar com base em um planejamento de descanso, viagem e estudo, há uma legitimidade nesta ação compulsória? Como têm sido feitos os acordos com os servidores?

4. Quem está fiscalizando se, internamente, os setores públicos estão atendendo a todas as medidas preventivas de uso de EPI, produtos de higienização e, em especial, observando o devido distanciamento? A quem reclamar no caso do distanciamento não estar sendo cumprido, visto ter muitos servidores em revezamento de horários e dias de trabalho?

5. Em meios a ter ousadia em atender a população, que trabalho foi projetado e como foi a adesão e comprometimento do servidor, se houve algum projeto para a inclusão?

6. A respeito dos servidores afastados por licença médica, como estão procedendo nos casos em que devem retornar ao trabalho? Há uma consideração no caso da patologia, considerando o aumento dos casos de infecção de COVID-19 na cidade?

7. Qual será o encaminhamento, visto que já foi excedido o período de férias ou licença prêmio?

8. Qual o panorama dos servidores de risco – portadores de patologias indicadas pelo Ministério da Saúde e pela OMS? Também foram de forma compulsória afastados das atividades? Caso positivo, qual artigo legal justifica esse afastamento?

9. Diante do exposto, as autarquias e fundações municipais também estão adotando as mesmas regras mencionadas nas questões de 1 a 6?

Ao aguardo de manifestação, subscrevemos.

Sala das Sessões, 17 de junho de 2020.

LUCIMAR PONCIANO
Vereadora - MDB